

**MESCLANDO FRONTEIRAS NO MATO GROSSO DO SUL:
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O DEVIR DA
MULTI/TRANSTERRITORIALIDADE “GAÚCHA”**

Marcos Mondardo

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF

Professor Assistente da Universidade Federal da Bahia/*Campus* Barreiras

Resumo: No mundo contemporâneo da intensificação do movimento e da aceleração das relações, buscamos compreender como a dimensão espacial está sendo transformada com a globalização, especialmente no tocante à construção/interação de territórios/territorialidades através da reafirmação/recombinação identitária no trânsito espacial situados no interior dos processos de hibridização. O objetivo deste artigo é analisar preliminarmente, pelo viés do debate identitário, a mobilidade “gaúcha” para Dourados, no Mato Grosso do Sul, a partir da década de 1970, e a relação tensa e conflitiva dos territórios/territorialidades destes com os territórios/territorialidades de indígenas e paraguaios. Por meio de entrevistas, reconstituímos, pelas fontes orais, as trajetórias espaciais e temporais de vida dos sujeitos objetivando problematizar e demonstrar os ocultos e manifestos conflitos e tensões resultantes de diferentes relações entre territórios/territorialidades, procurando apreender, nessa *potencial* “mescla territorial-cultural”, o devir, pela mudança de comportamento, da multi/transterritorialidade.

Palavras-chave: Território; Multi/transterritorialidade; Dourados/MS.

Abstract: In today's world of intensifying and accelerating the movement of relations, we understand how the spatial dimension is being transformed by globalization, especially as regards the construction/interaction of territories/territoriality by identity reiterating/recombination of identities situated in transit spatial the processes of hybridization. The aim of this paper is to analyze preliminarily, the bias of the debate identity, mobility “gaucha” to Dourados, in Mato Grosso do Sul, from the 1970s, and the strained relationship and conflicting territories/territoriality of the territories/territorialities of indians and paraguayans. Through interviews, we rebuilt, the oral sources, the spatial and temporal trajectories of life of individuals aiming to discuss and demonstrate the hidden and manifest conflicts and tensions arising from different relationship between territory/territories, seeking to understand, this potential “territorial-cultural blend becoming”, by changing behavior, multi/transterritoriality.

Keywords: Territories, Multi/transterritoriality; Dourados/MS.

1. Introdução

*Só me interessa o que não é meu.
Lei do homem. Lei do antropófago.
Oswald de Andrade (1995, p. 47)*

O mundo contemporâneo vive o dilema da transformação sob a conjunção de duas linhas de força de aparências contraditórias, mas, em verdade, complementares e contrastantes: a globalização e a localização (SANTOS, 2000), processo que redefine as cartografias políticas a partir de novas formas de ação social, que participam da recriação, da transculturação, antropofagização e hibridização de identidades complexas e de territórios/territorialidades cada vez mais múltiplos cultural e politicamente.

É nesse mundo da intensificação do movimento e da aceleração das relações que buscamos a melhor compreensão de como a dimensão espacial está sendo transformada com a globalização, especialmente no tocante à construção/interação de territórios/territorialidades pela reafirmação e recombinação identitária, a partir da mobilidade humana, situados no interior dos processos de hibridização, antropofagização e transculturação. Se os territórios/territorialidades estão sofrendo, com os processos paradoxais de globalização e localização, homogeneização e heterogeneização, especialmente a partir dos movimentos migratórios, como tem ocorrido essa relação entre territórios/territorialidades e construção identitária na diversidade territorial que vivenciamos?

Desse modo, gostaríamos de compreender como se redesenham territorialmente os “jogos” entre diferenciação, vivências, trânsitos e hibridização para os migrantes, na condição contemporânea múltipla, intersticial e “liminar” da cultura, do viver na fronteira das relações, nas *transculturações* e nos *possíveis entrecruzamentos*, superposições e “*transições*” que *podem* potencializar a produção de *novas territorialidades* – multi/transterritorialidades?

Como consideram Gupta e Ferguson (2000, p. 35), “no espaço pulverizado da pós-modernidade, o espaço não se tornou irrelevante: ele foi *reterritorializado* de um modo que não se conforma à experiência de espaço que caracterizava a era da alta modernidade”. Assim, é necessário repensar a produção de identidades a partir de territorialidades que parecem estar sendo “atravessadas” por outras, e que se tornam cada vez mais híbridas, transitórias e multiterritoriais. Por isso, propomos denominá-las preliminarmente multi/transterritorialidades, objetivando construir uma análise teórica que questione as oposições binárias da cultura e dos conceitos produzidos por meio da *hibridização*¹ e *transculturação*.

¹ Hibridismo ou hibridação, já que os dois termos são usados em português.

Para isso, o objetivo desse artigo é analisar o processo de construção identitária *trans*territorial dos migrantes “gaúchos” a partir da década de 1970 em Dourados, no Mato Grosso do Sul, município que, pela sua condição de “fronteiridade” – localizado na faixa de fronteira internacional a aproximadamente 100 km do limite entre Brasil e Paraguai – apresenta uma grande diversidade cultural-territorial e *pode* ser caracterizado como “espaço ‘(trans)fronteiriço’”, transcultural, “translocal” (APPADURAI, 1997), espaço de contato, de estranhamento e de alteridade, de possibilidade de superposições, entrecruzamentos e, principalmente, de trânsitos e vivências de territórios/territorialidades por meio da coexistência espacial (e territorial) de múltiplas trajetórias de migrantes paraguaios, nipo-brasileiros, sírios e libaneses, “nordestinos”, paulistas, mineiros, indígenas, além dos chamados genericamente como “gaúchos” (paranaenses, catarinenses e sul-riograndenses).

Hoje nos parece que as *possibilidades* de trânsitos e vivências nesse estar-*entre*-territórios em Dourados são múltiplas, pela coexistência espacial de várias trajetórias (em aproximação à ideia de “coetaneidade” espacial de Massey, 2008). Assim, na faixa de fronteira, pela diversidade territorial-cultural, o outro, o longe, o diferente, o *estrangeiro*, o suposto “inimigo” está ao seu lado, entra em sua casa, é seu empregado, é namorado de sua filha, é seu amigo e um depende do outro para sobreviver cotidianamente. As fronteiras dos territórios/territorialidades não são mais tão “nítidas” e aparentam estar cada vez mais “fragmentadas” e “flexíveis”. A interação de culturas, objetivos, ideias, imagens, sons e pessoas de diferentes lugares e escalas de manifestações parecem ocorrer hoje nessa espacialidade.

A investigação contou com a observação nos diferentes territórios político-culturais-identitários de Dourados como, por exemplo, no CTG (Centro de Tradições Gaúchas) Querência do Sul, na Praça Paraguaia, na Reserva Indígena de Dourados² (onde vivem Guaranis Kaiowás, em um total de aproximadamente 13 mil indígenas), nas fazendas, no comércio, nas feiras, nas ruas, nos bairros periféricos, nas manifestações públicas procurando apreender como se re-constroem e se relacionam as territorialidades dos “gaúchos” (trabalhadores, médios e grandes proprietários rurais e urbanos) com as *outras* territorialidades (dos paraguaios e indígenas trabalhadores, especialmente). Essas observações *in loco* e as convivências nos proporcionam

² A reserva de Dourados foi criada pelo decreto nº 404, de 03 de setembro de 1917, devidamente titulada e registrada na folha 82 do livro nº 23, em 14 de fevereiro de 1965, no Cartório de Registro de Imóveis na Delegacia Especial de Terras e Colonização de Campo Grande (MS). Esta foi reservada para abrigar os índios Guarani (LOURENÇO, 2008).

conhecermos a realidade (geográfico-histórica) dos sujeitos pesquisados e, também, para a necessária relação e interação profunda entre “sujeito pesquisador” e “sujeitos pesquisados”.

Trabalhamos, por isso, com duas formas de investigação, com uma entrevista não-direta (conversa) e com uma entrevista dirigida (questionário), a partir de um roteiro de questões que não segue uma ordem padronizada, mas flexível, adaptável ao próprio desdobramento do discurso do entrevistado. As falas obtidas diretamente com os sujeitos envolvidos no processo (os “gaúchos”, os paraguaios e os indígenas) permitem, assim, dar luz aos *interstícios* das relações de poder entre diferentes territorialidades que são construídas em Dourados.

De maneira mais pessoal, partimos também de nossa experiência anterior como residente, entre os anos de 2007 a 2009, em Dourados e região e como professor do curso de Geografia da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), no município de Glória de Dourados. A vivência dessa diversidade territorial e cultural na região possibilitou observarmos as hibridizações construídas entre os diferentes sujeitos, além das tensões envolvendo indígenas e fazendeiros e, por vezes, ajudou-nos a adentrarmos em outros “territórios” como, por exemplo, na Reserva indígena, na Praça Paraguaia, na Comunidade Quilombola da Picadinha, no CTG, na Feira da Rua Cuiabá dentre outros.

2. Hibridismo e antropofagia: da transculturação à transterritorialidade

Propomos trabalhar e articular, a partir da mobilidade “gaúcha” para Dourados, as tensões e mesclas culturais à luz dos processos de hibridização, antropofagização³ e transculturação para compreender a construção de multi/transterritorialidades. Contudo, para falarmos desses processos precisamos, primeiramente, esclarecer o que entendemos por território e territorialidade. Para Haesbaert (2005, p. 6774), desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, “material e simbólica”, pois “etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor*

³ Devemos essa ideia à proposta inovadora desenvolvida por Haesbaert (2009), sobre a aliança entre “hibridismo antropofágico” e transculturação. Para o autor o “hibridismo antropofágico” é compreendido como “um hibridismo de contextualização brasileiro-latino-americana dotado de um sentido claramente positivo e que foi pautado de forma pioneira na leitura literário-filosófica de Oswald de Andrade” (p. 7). Recorrendo a Fernando Ortiz, o autor estabelece uma relação entre o “hibridismo antropofágico” e a transculturação através do movimento de trânsito de uma cultura a outra, recriando, pela mistura, novas formas de construção identitário-territorial.

(terror, aterrorizar)”, isto é, “tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no ‘territorium’ são impedidos de entrar”. Nessa perspectiva, o território envolve sempre as relações de poder e seu entrelaçamento, concomitante com o poder simbólico, ligando dominação (político-disciplinar-econômica) e apropriação (identitária-afetiva) de uma parcela do espaço. Para isso, deve-se buscar uma análise “vendo o território (e, conseqüentemente, a espacialidade na qual ele é construído), como *sempre* um “híbrido” [!] entre materialidade e imaterialidade, funcionalidade e expressividade” (HAESBAERT, 2004, p. 270).

Isso implica na apreensão de uma relação imbricada entre o sentido “funcional” do território (como a funcionalidade da produção material, expressa no trabalho, por exemplo), e os significados, a “expressividade”, o sentimento (positivo ou negativo) identitário-simbólico que cada sujeito e/ou grupo cria e têm, *no* morar, habitar, trabalhar em determinada parcela do espaço. Para Haesbaert (2004, p. 96), de acordo com “o grupo e/ou classe social, o território pode desempenhar os múltiplos papéis de abrigo, recurso, controle e/ou referência simbólica”. Entretanto, enquanto “alguns se territorializam numa razoável integração entre dominação e apropriação, outros podem estar territorializados basicamente pelo viés da dominação, num sentido mais funcional, não apropriativo” (p. 96).

Por isso, vemos o conceito de território por meio de uma problemática e uma forma de abordagem, entendendo-o como uma parcela do espaço em que o foco está nas relações de poder, seja em sua dimensão simbólica (BOURDIEU, 1998), seja em suas práticas materiais-disciplinares (FOUCAULT, 1985), manifestadas nas relações sociais que se circunscrevem nas múltiplas dimensões cultural, política e econômica. A produção de um território ocorre sempre por uma relação desigual de forças entre sujeitos, grupos, classes, instituições que por isso expressam relações de dominação e resistência, de hegemonia e subalternização, de imposição e subversão.

Propomos, assim, em nosso trabalho, considerar a territorialidade como a “multidimensionalidade do vivido territorial” (RAFFESTIN, 1993) por meio de um conjunto de relações fomentadas pelo homem que *pertence* a uma sociedade, geradora de exclusividades, com relações exteriores promotoras de *alteridades* e mediadas através de instrumentos tais como língua, religião, cultura, trabalho dentre outros. A territorialidade aparece, então, constituída num contexto histórico-geográfico por “relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade”, sendo que se

circunscreve cotidianamente “no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas” (RAFFESTIN, 1993, p. 161). A territorialidade desenha um itinerário, liga um conjunto de lugares (BONNEMAISON, 2002), pode produzir um circuito e estabelece múltiplas relações sociais através da trajetória cotidiana construída dos sujeitos em uma parcela referencial do espaço.

Nesse sentido, após definirmos com que concepção de território e territorialidade estamos trabalhando, propomos buscar compreender a relação entre hidridismo e antropofagia para problematizarmos a transposição de elementos da ideia de transculturação para a de transterritorialização. Se um dos discursos em voga atualmente é o do hidridismo, ser híbrido, mestiço, crioulo confere, muitas vezes, positividade no mundo que vivemos, pois o discurso da diferença que está na moda, também vende o diferente. Num momento de intensa transformação social, o discurso da hibridização, das trocas e diálogos multi, inter e transculturais entram em cena, haja vista a “mobilidade das fronteiras” (HISSA, 2006).

Canclini (2003), em seu livro *Culturas híbridas*, afirma que as hidridizações transformaram o mundo, afirmando que hoje “todas as culturas são de fronteira”, “todas as artes se desenvolvem em relação com outras artes”, sendo que as culturas e os sujeitos perderam a relação “exclusiva” com seu território, mas ganharam em comunicação, inter-relação e conhecimento. Canclini destaca ainda as *fronteiras* internacionais e as (grandes) cidades como as áreas mais propensas aos processos de hibridização. Para o autor, hibridização seriam “*processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas*” (p. 19, [grifos do autor]). Esses processos modificam, portanto, a forma de falar sobre identidade e cultura, diferença e desigualdade.

Para Bhabha (2002) a hibridização se configura como uma forma de compreensão do intenso movimento de transformação social em que vivemos, notadamente, do trânsito ou transição ambíguo e conflituoso das relações sociais que possibilitam ver as mudanças territorial-identitárias. Assim, hibridização é também um conhecimento que está sendo construído sobre as mutações complexas que passa o mundo na contemporaneidade, pois:

A hibridização não é algo que apenas existe por aí, não é algo a ser encontrado num objeto ou em alguma identidade mítica ‘híbrida’ –

trata-se de um modo de conhecimento, um processo para entender ou perceber o movimento de trânsito ou de transição ambíguo e tenso que necessariamente acompanha qualquer tipo de transformação social sem a promessa de clausura celebratória, sem a transcendência das condições complexas, conflitantes, que acompanham o ato de tradução cultural (BHABHA, 2002, p. 12).

Hall (2003, p. 74) considera que o hibridismo é um processo de tradução cultural, pois “Hibridismo não é uma referência à composição racial mista de uma população. É realmente outro termo para a lógica cultural da *tradução*. (...) Trata-se de um processo de tradução cultural, agonístico uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecibilidade.” Por isso, a passagem do entendimento de diferença cultural para *différance*⁴, como mudança necessária relacionada à transição pós-colonial que vivemos “nos obriga a reler os binarismos como formas de transculturação, de tradução cultural, destinadas a perturbar para sempre os binarismos culturais do tipo aqui/lá” (p. 108). Assim, uma das marcas do hibridismo é a ambivalência e o conflito.

Segundo Haesbaert (2011), no Brasil, uma faceta do hibridismo⁵ de contextualização brasileiro-latino-americana foi produzida no início do século XX, pelo literato Oswald de Andrade em sua leitura antropofágica do processo de formação da identidade nacional brasileira. Em “Manifesto Antropofágico” Oswald afirma que “só a antropofagia nos une. Socialmente, Economicamente. Filosoficamente” (ANDRADE, 1995, p. 47). Ao contrário da visão dos colonizadores, que inferioriza o outro, o indígena pelo canibalismo, considera(va) a antropofagia como uma visão de mundo, de

⁴ Hall (2003, p. 61), a partir de Jacques Derrida considera a *différance* como o “movimento do jogo que ‘produz’ (...) essas diferenças, esses efeitos de diferença” (Derrida). Não se trata da forma binária de diferença entre o que é absolutamente o mesmo e o que é absolutamente ‘Outro’. É uma ‘onda’ de similaridades e diferenças, que recusa a divisão em oposições binárias fixas. *Différance* caracteriza um sistema em que ‘cada conceito [ou significado] está inscrito em uma cadeia ou em um sistema, dentro do qual ele se refere ao outro e aos outros conceitos [significados], através de um jogo sistemático de diferenças’ (Derrida). O significado aqui não possui origem nem destino final, não pode ser fixado, está sempre em processo e ‘posicionado’ ao longo de um espectro. Seu valor político não pode ser essencializado, apenas determinado em termos relacionais”.

⁵ No Brasil, na mesma época, década de 1930, o antropólogo Gilberto Freyre, especialmente em seu livro “Casa Grande & Senzala” (2003), produzia reflexões sobre o Brasil em torno das relações culturais envolvendo a vida sexual entre brancos e negras. Configuravam-se aí a chamada “democracia racial” brasileira que, podemos dizer, encobriu, pela harmonia da composição racial da população brasileira, as relações de dominação sexuais do colonizador português sobre as negras e índias escravas, pois: “Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone” (p. 113).

transformação dos limites em possibilidades e estratégias de subversão, ou, como nas palavras do autor, “A transfiguração do Tabu em totem. Antropofagia” (p. 50).

Para Gomes (2005, p. 51), a antropofagia oswaldiana emergiu sob o signo do paradoxo e da utopia. “Enquanto paradoxo representou uma abertura à experiência do novo, engendrada através da recuperação do arcaico” e “enquanto utopia do Brasil, ao propor o reencontro e o retorno à inocência perdida, no uso irreverente, libertário e prazerosamente aleatório de uma sofisticada erudição”. Inserindo uma perspectiva original aos estudos das estratégias culturais coloniais, segundo a autora, “a noção metaforizada de canibalismo”, “acrescida e enriquecida pela contribuição, eminentemente brasileira, da Antropofagia oswaldiana, abarca uma forma fecunda de crítica cultural e acrescenta novos dados e indagações à questão da alteridade” (p. 51). Podemos dizer que, de alguma forma, a Antropofagia oswaldiana já trazia em seu bojo as críticas da perspectiva pós-colonial.

Eduardo Viveiros de Castro (2008) considera a “Antropologia como Antropofagia”, retomando a Antropofagia de Oswald de Andrade para desenvolver o que ele chama de perspectivismo: “O perspectivismo é a retomada da Antropofagia oswaldina em outros termos” (p. 116). Estudando povos indígenas na Amazônia brasileira considera o conceito com um enorme potencial político, em especial sobre a resistência de índios e não-índios contra a sujeição cultural na América Latina aos paradigmas eurocêntricos e cristãos pois, “A antropofagia foi a única contribuição realmente anti-colonialista que geramos, contribuição que anacronizou completa e antecipadamente o célebre *topos* cebrapiano-maxista sobre as ‘idéias fora do lugar’” (p. 11). A antropofagia foi uma crítica ao projeto modernizador instalado pós-1930 que *não* tentou aliar o erudito ao popular, a tradição à tecnologia instalando, assim, um projeto nacional monolítico.

Por isso, vendo um Brasil híbrido antropofagizado e, por extensão, toda a América Latina pelas relações dissimétricas entre colonizador e colonizado, tal como sugerido por Haesbaert (2011), devemos retomar a ideia de transculturação para compreender esse “movimento” de trânsito cultural. O vocábulo transculturação aparece pela primeira vez na década de 1940, em Cuba, no livro “Contraponto cubano del azúcar y del tabaco”, de Fernando Ortiz. A noção tornou-se referência fundamental, especialmente, na área da antropologia e dos estudos culturais, para as reflexões em torno do fenômeno da mestiçagem não apenas em Cuba, mas, por analogia, em toda a América. Em Cuba, Ortiz produziu sua vasta obra científica procurando entender os

principais fatores na formação identitária desse país pela dinâmica de sua formação social, econômica e cultural, por meio, sobretudo, do trabalho escravo e a produção de tabaco e açúcar.

Segundo Ortiz (1978), o ponto fundamental e a razão pela qual produziu a noção de transculturação foi a inexistência de um termo que pudesse abarcar o significado deste processo sempre aberto, dinâmico e em movimento, que é o encontro dos diferentes sujeitos e de suas culturas. Assim, inspirado em Bronislaw Malinowski⁶, ele designa transculturação como:

(...) as fases do processo de transição de uma cultura a outra, já que este não consiste somente em adquirir uma cultura diferente, como sugere o sentido estreito do vocábulo anglo-saxão, aculturação, mas implica também necessariamente a perda ou desligamento de uma cultura precedente, o que poderia ser chamado de uma parcial desculturação, e, além disso, significa a conseqüente criação de novos fenômenos culturais que poderiam ser denominados neoculturação. (...) No conjunto, o processo é uma transculturação e este vocábulo compreende todas as fases da trajetória (ORTIZ, 1978, p. 90).

A noção de transculturação⁷ objetivou ultrapassar a visão limitada e eurocêntrica de “aculturação”⁸ e de mestiçagem racial, para significar o movimento que se manifesta pelo encontro de culturas geradoras de “novos fenômenos culturais”. Para Ortiz (1978, p. 90), “as diferentes fases do processo de transição de uma cultura para outra” passam por três momentos: aculturação, desculturação e neoculturação. A primeira fase é a

⁶ Malinowski na apresentação do livro de Fernando Ortiz *apud* Ianni (2003, p. 107), considera que “Toda mudança cultural, ou (...) toda *transculturação*, é um processo no qual sempre se dá algo em troca do que se recebe; é um ‘tomar e dar’... É um processo no qual ambas as partes da equação resultam modificadas. Um processo do qual resulta uma nova realidade, composta e complexa. Uma realidade que não é uma aglomeração mecânica de características, nem sequer um mosaico, mas um fenômeno novo, original e independente. Para descrever tal processo o vocábulo *transculturação* proporciona um termo que não contém a implicação de uma dada cultura à qual deve ter a outra, mas uma transição entre duas culturas, ambas ativas, ambas contribuintes e ambas cooperantes para o advento de uma nova realidade civilizatória”.

⁷ Para Ortiz (1978), os negros, os afro-cubanos, por sua condição de extrema subalternidade em um sistema escravocrata, foram os que mais sofreram no movimento de transplantação espacial e cultural em uma nova terra pela ruptura radical com suas raízes, enfim, transculturação.

⁸ Cuche (2002) afirma que “O substantivo ‘aculturação’ parece ter sido criado desde 1880 por J. W. Powell, antropólogo americano, que denominava assim a transformação dos modos de vida e de pensamento dos imigrantes em contato com a sociedade americana. A palavra não designa uma pura e simples ‘deculturação’. Em ‘aculturação’, o prefixo ‘a’ não significa privação; ele vem do etimologicamente do latim *ad* e indica um movimento de aproximação. (p. 114-115). Por isso, para o autor, “O processo que cada cultura sofre em situação de contato cultural, processo de desestruturação e depois reestruturação, é em realidade o próprio princípio da evolução de qualquer sistema cultural. Toda cultura é processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução. O que varia é a importância de cada fase, segundo a situação. Talvez, fosse melhor substituir a palavra ‘cultura’ por ‘culturação’ (já contido em ‘aculturação’) para sublinhar esta dimensão dinâmica da cultura” (p. 157)

aquisição de outra cultura, é a soma; a segunda fase corresponde ao “desenraizamento de uma cultura anterior”, é a perda; e, o terceiro, à “criação de novos fenômenos culturais” que, numa visão de processo e de trajetória, produzem a transculturação.

Assim, esses processos contemporâneos de transculturação, de “hibridização cultural”, “da arte de viver na fronteira”, estão presentes também, como nunca, na mobilidade “gaúcha” para Dourados e na relação destes com os territórios/territorialidades de paraguaios e indígenas pela vivência e através do trânsito entre diferentes territórios e culturas que nos permite refletir na possibilidade da construção de uma espécie de *transterritorialidade*. Entretanto, para isso, precisamos discutir primeiro o conceito correlacionado de multiterritorialidade. Conforme Haesbaert (2004), vivemos, no mundo contemporâneo, muito mais do que o domínio da desterritorialização, a construção de “territórios múltiplos” e a possibilidade de vivenciar uma “multiterritorialidade”. Se para o autor territórios múltiplos seriam as distintas lógicas de territorialização que convivem lado a lado, a multiterritorialidade seria uma “reterritorialização complexa em rede” “resultante não apenas da sobreposição ou da imbricação entre múltiplos tipos territoriais (o que inclui territórios-zona e territórios-rede)”, mas a “experimentação/reconstrução de forma singular pelo indivíduo, grupo social ou instituição” da territorialidade (2004, p. 343).

A multiterritorialidade “implica assim a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios” o que pode ocorrer de diversas formas e escalas de manifestação, pois uma “pode se dar tanto através de uma ‘mobilidade concreta’, no sentido de um deslocamento físico” e, outra “virtual”, “no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico, como nas novas experiências espaço-temporais proporcionadas através do ciberespaço” (2006a, p. 343-344). A multiterritorialidade envolve assim uma alternância não simplesmente quantitativa – pela abertura ampliada de alguns sujeitos para acessar diversos territórios – mas, sobretudo, qualitativa, tendo em vista que a possibilidade de entrar, sair e combinar a vivência de vários tipos de territórios. Assim, se na chamada era “moderna” a multiterritorialidade era construída em zona, hoje, no tempo em que muitos denominam de “pós-moderno”, a multiterritorialidade está associada lógica das redes:

(...) resultante do domínio de um novo tipo de território, o território-rede em sentido estrito (...). Aqui, a perspectiva euclidiana de um espaço-superfície contínuo praticamente sucumbe à descontinuidade, à fragmentação e à simultaneidade de territórios que não podemos

mais distinguir claramente onde começam e onde terminam ou, ainda, onde irão “eclodir”, pois formações rizomáticas também são possíveis (HAESBAERT, 2004, p. 348).

De modo a estabelecer uma relação entre o pensamento transcultural ou híbrido latino-americano e os processos desterritorializadores contemporâneos, notadamente a partir dos movimentos migratórios, tentaremos construir uma transposição de elementos entre transculturação e transterritorialização. Como consideram Haesbaert e Mondardo (2010), é por demonstrar o trânsito e a *trans*-formação, sempre abertos e em movimento simultâneo (embora desigual) dos diferentes sujeitos envolvidos no processo de transculturação, que o prefixo *trans* pode evidenciar os processos de hidridização/(trans)territorialização. Da mesma forma que hidridização não diz respeito a uma condição estática, a transterritorialidade não corresponde a uma situação estável, mas a um processo sempre aberto e incessante desse ir-e-vir, ser-não-ser, ou, mais propriamente, de um *devir* entre territórios/territorialidades que potencializa esse *trans*-locamento, de entrada e saída, de trocas/alternâncias de territórios, que se configura pelas vivências e através dos trânsitos por distintos territórios. Assim:

Enquanto a multiterritorialidade pode implicar a passagem de um território (ou territorialidade) para outro, assumindo-se novas condições em momentos diferentes de um mesmo processo – ainda que temporalmente próximos entre si –, a transterritorialidade é a manifestação de uma multiterritorialidade em que a ênfase se dá no *estar-entre*, no efetivamente híbrido, produzido *através* dessas distintas territorialidades. (...) Transterritorialidade, assim, envolve não apenas o trânsito ou a passagem de um território ou territorialidade a outra mas a transformação efetiva dessa alternância em uma situação nova, muito mais híbrida. Destaca-se a própria transição, não no sentido de algo temporário, efêmero e/ou de menor relevância, mas no sentido de “trânsito”, movimento e do próprio “atravessamento” e imbricação territorial – não um simples passar-por mas um estar-entre (HAESBAERT e MONDARDO, 2010, p. 15-16).

Os processos de transterritorialização, nesse sentido, parecem-nos também ser produzidos por intensas formas concomitantes de solidariedade e tensão social (GOETTERT e MONDARDO, 2009). A transterritorialização pode redefinir as inter-relações (e as posições, subalternos-hegemônicos) entre sujeitos, grupos ou classes sociais envolvidas ao mesmo tempo em que se configuram novos referentes de identificação imaginária, nos quais o território material e simbólico adquire outras formas de expressão e re-significação cultural e política na *trans*-formação das identidades territoriais.

O que, em nosso entender, iremos levar em conta, é a centralidade das relações no sentido de serem sempre, de forma imanente, espaciais, pois o que interessa, fundamentalmente, é a relação de entrecruzamento cultural e, por extensão, político através da relação de vivência e alteridade com o(s) *outro(s)* território(s) em que o sujeito *transita*. Como considera Haesbaert (2009, p. 7), “pelo ‘transitar’ efetivo por múltiplos territórios, posso afirmar que estamos produzindo uma multiterritorialidade – ou, num termo mais adequado, uma *transterritorialidade*”, pois implica, “mais do que a articulação de territórios diferentes, o *trânsito* entre eles, a sua imbricação pela frequente mobilidade”. Contudo, o autor alerta que a aliança entre hibridismo e transterritorialidade “só se dá de fato quando uma mudança de território/territorialidade implica efetivamente numa mudança de comportamento e numa mescla cultural”.

Consideramos, nesse sentido, que Dourados manifesta, pela sua posição de “fronteiridade”, condição para os processos de hibridização/transculturação, pois nessa parcela do espaço a transterritorialidade parece ser, além de condição “obrigatória” e estratégica de vivência – pela diversidade cultural de territórios/territorialidades que ali coexistem – também escolha, linha de fuga, “necessidade” de trânsito, “transição” e transposição de fronteiras culturais e políticas. Contudo, o que mais importa aqui, retomando Haesbaert e Mondardo (2010, p. 14), “é a condição de possibilidade, sempre em aberto, de nossa inserção em ‘território alheio’ (que também passa, assim, de forma ambivalente, a ser ‘nosso’)”, pois é “a abertura desses territórios que coloca permanentemente a possibilidade de entrar, sair e/ou transitar por essas territorialidades”.

Nesse sentido, o espaço e o território são elementos constitutivos fundamentais do processo de transculturação e transterritorialização, pois, nesse caso, a hidridização implica uma mudança territorial indissociável na dinâmica das relações. Os espaços transfronteiriços – como o município de Dourados, localizado na faixa de fronteira –, se tornam emblemáticos, já que são muito suscetíveis às dinâmicas de hidridização, onde a marca presente de distintos sujeitos e, por conseguinte, de territórios/territorialidades, manifesta um potencial enorme para a construção de transterritorialidades, seja na vivência e/ou no trânsito por territórios como veremos a partir de agora.

3. Mesclando fronteiras: o trânsito por e a vivência de múltiplos territórios/territorialidades em Dourados

Desde a década de 1970, com a mobilidade “gaúcha”⁹ de trabalhadores e do capital (ou daqueles atores que *personificam* o capital e a força de trabalho), o Mato Grosso do Sul (o sul do então Mato Grosso até 1977, quando foi desmembrado Mato Grosso do Sul) passa por transformações espaciais geradoras de uma nova dinâmica sócio-espacial, especialmente pelo surgimento de redes de uma “modernização agrícola” de conexões globais vinculadas principalmente ao complexo agroindustrial da soja e difundida, em grande medida, por migrantes sulistas que conjugam tentativas de controle político e econômico redesenhando territórios devido essa nova “territorialização”¹⁰.

É importante lembrar, segundo Haesbaert (1997) que toda essa dinâmica envolve o processo de mobilidade de sulistas e do capital que, muitas vezes, deslocaram cooperativas agrícolas dos estados do Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e, a partir da década de 1970, impulsionados pelo Estado e, ao mesmo tempo, pela grande “disponibilidade” e baixo preço das terras, “invadem” o interior do Brasil, o estado de Mato Grosso do Sul e o município de Dourados para a expansão da fronteira agrícola. Esse processo está ligado, sobretudo, à reestruturação produtiva realizada pela modernização da agricultura, especialmente, no tocante à mecanização das lavouras e à plantação das monoculturas de trigo, milho, arroz e, principalmente, a soja.

Surgiram novas territorializações do capital com o complexo agroindustrial da soja e novas territorialidades com a mobilidade espacial dos “gaúchos” (TEIXEIRA, 1989). O Mato Grosso do Sul segue a dinâmica do território brasileiro que, em tempos e

⁹ De acordo com o jornalista gaúcho Cláudio Xavier a mobilidade gaúcha para o Mato Grosso do Sul está dividida em duas fases: “A história da vinda dos rio-grandenses para a região de Dourados tem início na segunda metade do século XIX, voltando à Guerra do Paraguai. Com o fim do embate, por volta de 1870, os componentes da coluna do general Câmara, ficam conhecendo a zona sul de Mato Grosso. (...) Como consequência maior, centenas de gaúchos imigraram para a Argentina, atravessando o rio Uruguai e seguindo para a Província de Corrientes. Outros, seguiram pelo Território de Misiones até a capital Pozadas. Dali, transpondo o rio Paraná, entraram no Paraguai, por Vila Encarnación. Alguns subiram o rio Paraná e desembarcaram em Porto Adela, para enfim chegar ao Mato Grosso. A grande maioria, porém, seguiu por terra fazendo a travessia do território paraguaio, passando por Vila Rica e São Pedro, para entrar em Mato Grosso por ‘Ipejum’, atualmente, município de Paranhos. Ainda outros, seguiram por Assunção e Conceição, às margens do rio Paraguai, e dali seguiram por terra até Horqueta. Dirigiram-se pela picada de Chiriguelo até Ponta Porã. Alguns, seguiram para Bela Vista (...). As décadas foram se sucedendo e, notadamente, na de 70 foi estabelecido um verdadeiro ‘trilheiro’ humano vindo da região Sul do Brasil, com destino a Dourados. O povo sulista, na sua maioria rio-grandenses naturais da região serrana gaúcha (...). Os novos senhores da terra, migrantes sulinos, iniciaram o processo crescente de ocupação destas terras, gradativamente, com alternâncias da soja, trigo, arroz e, mais tarde, do milho”.

¹⁰ Sobre este movimento de des-reterritorialização de migrantes gaúchos no interior do Brasil ver trabalhos como os de Tavares dos Santos (1993), Wagner (1995), Haesbaert (1997), Goettert ([2004]2008), Rocha (2006), Alves (2006) e Mondardo (2009).

lugares distintos, se formou a partir da mobilidade espacial da população (de nacionais e de estrangeiros) num processo de re-ocupação e re-apropriação de áreas que, na maioria das vezes, desterritorializou inúmeros povos Guarani e Kaiowá.

A expansão da fronteira agrícola e da migração “gaúcha” para Dourados resultou em concentração de terras e, conseqüentemente, em *choques culturais, políticos, econômicos e ambientais* com os territórios e territorialidades dos povos indígenas. Os territórios e as territorialidades dos “gaúchos”, pelo menos daqueles que personificam a condição de fazendeiros (produtores rurais e urbanos, de classe média e alta) que atuam na grande produção da soja e são difusores do moderno, passaram a divergir dos territórios e territorialidades indígenas, cuja identidade está construída na tradição de uma cultura ligada, *grosso modo*, a um modo de vida específico e à terra dos antepassados: o tekoha.

Por isso, em Dourados, a partir da década de 1970, com a migração “gaúcha” de trabalhadores e do capital, e pela expansão territorial da fronteira agrícola por meio da monocultura da soja, produziu-se um novo espaço, ao mesmo tempo, homogêneo e fragmentado, múltiplo territorialmente pelas distintas e divergentes territorializações que passaram a se fazer presentes, a conviver, a coexistir, como a dos “gaúchos” (difusores do novo por meio da moderna agricultura), a dos indígenas (antigos moradores) e dos paraguaios (migrantes atraídos pelas oportunidades de emprego)¹¹.

Com todo esse processo de modernização e essa nova organização da produção, tanto no campo quanto na cidade, inscrevem-se no espaço *novas territorialidades*, especialmente aquelas vinculadas ao agronegócio ou, em outras palavras, à mobilidade do capital e da força do trabalho. Por isso, a cidade de Dourados passou a ser o *espaço de convergência de múltiplas territorialidades* como, por exemplo, aquelas dos migrantes sulistas que implantaram lojas no comércio ligadas à agricultura moderna e/ou científica, e as territorialidades dos trabalhadores “gaúchos” atraídos dos estados do Sul do Brasil para essa atividade. Aliado a isso, foram modificadas e estão em

¹¹ A atração/presença dos migrantes paraguaios ao/no Mato Grosso do Sul e para/em Dourados está associada a três fases: a primeira ocorreu após a guerra contra o Paraguai ou da Tríplice Aliança (1864-1870); a segunda ao período da extração da erva-mate (1900 a 1940); e, a terceira, com o desenvolvimento, a partir da década de 1970, da modernização da agricultura, quando esses sujeitos passaram a trabalhar, especialmente, como mão-de-obra, nas fazendas de gado ou grãos, bem como no comércio ou nos serviços, produzindo, com isso, intensas relações com os brasileiros e fazendo com que a fronteira – na sua dimensão internacional – se manifestasse constantemente pela presença do outro, do *estrangeiro*. Hoje, estima-se em torno de 5.000 os paraguaios que vivem em Dourados e, conforme estimativas do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, cerca de 80 mil paraguaios moram no Mato Grosso do Sul, incluindo os índios paraguaios que migram para o lado brasileiro em busca de melhores cuidados de saúde. É o estado brasileiro com o maior número de paraguaios.

constante processo de transformação, as territorialidades já existentes, como a dos indígenas e a dos migrantes paraguaios que ocupam/vivenciam/transitam por distintos territórios na cidade e no campo.

Essa modernização no campo transformou a produção do espaço urbano de Dourados pelo processo de expropriação rural que gerou, conseqüentemente, a expulsão/desterritorialização, com a migração de agricultores familiares do campo para a cidade que, de modo geral, trouxe novas relações sociais e territoriais para a urbe. Também, os povos indígenas da Reserva Indígena de Dourados foram desterritorializados e se encontram, cada vez mais, em situação de “confinamento”, de “exclusão” e “contenção territorial” (HAESBAERT, 2009b) pela precarização das suas condições materiais e simbólicas de vida.¹²

A reserva de Dourados configurada socioespacialmente como um “território de contenção” dos “sujeitos indesejados” conta, atualmente, com uma área de aproximadamente 3.475 hectares de terras, onde vivem aproximadamente 11.000 pessoas, divididas por três grupos étnicos, sendo eles: os Kaiowá, os Guarani e os Terena. Segundo Lourenço (2008), a reserva foi criada com incentivo de políticas indigenistas do Marechal Cândido Rondon que teve como objetivo garantir aos índios a posse das terras para sobreviver e tentar assegurar seus direitos mínimos como saúde, educação, moradia, dentre outros.

No entanto, conforme verificamos *in loco*, essa área territorial e as condições físicas e simbólicas nos dias de hoje não possibilitam – se é que algum dia possibilitaram – uma vida digna, pois não asseguram a reprodução desse povo indígena. A situação de precariedade extrema, de provisoriidade e de “contenção territorial” da mobilidade faz com que muitos, transitem por diferentes territórios (ou mesmo vivenciem, concomitante, múltiplas territorialidades) e contornem¹³ certos limites ou fronteiras territoriais nessa inserção, nem sempre fácil, em território “alheio”. Esse trânsito e contornamento por territórios ocorrem, por exemplo, na procura por emprego, no trabalho no campo, seja na lavoura de grãos ou no corte da cana-de-açúcar, e na

¹² Segundo Haesbaert (2009b, p. 96), as “dinâmicas de contenção territorial – estratégias que, num mundo tomado de aglomerados humanos extremamente precarizados, envolvem não mais a possibilidade (e a ‘utilidade’) da reclusão em espaços relativamente fechados, mas a retenção/contenção (provisória, instável e sempre parcial) em ‘campos’”. Essas tentativas de controle da “população”, de certos grupos, chamados muitas vezes de “indesejados” e “perigosos”, ocorrem por meio da restrição do uso do território, do controle da mobilidade que geram, conseqüentemente, fenômenos de precarização e “exclusão social” pelas péssimas condições de reprodução.

¹³ Conforme Haesbaert (2011, p. 22), “a ‘fronteira’ é também, cada vez mais, um espaço que incita ao trânsito e/ou ao ‘contornamento’” dos limites territoriais.

cidade, especialmente, no setor industrial, na procura por comida em latas de lixo, pedindo “pão velho” de porta em porta nas casas (este último, notadamente, feito pelas crianças), ou lutando pelos seus direitos junto à FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

Por isso, muitos indígenas transitam por territórios e contornam fronteiras em Dourados, sobretudo, de bicicletas e em carroças – estas últimas, sendo em torno de 2.000 – buscando, pela reinvenção de suas territorialidades¹⁴, “espaço” e *visibilidade* em meio à “sociedade” douradense que é direcionada pelos agentes do capital a difundir hegemonicamente um projeto de mundo moderno assentado, no novo, no agro-negócio, como “superior”¹⁵, e a inferiorizar, e até mesmo, em alguns casos, a negar, outros modos de pensar e ser como o dos indígenas.

Por isso, com a precariedade sócio-territorial expressada pelas péssimas condições de reprodução, os indígenas tiveram nesse processo intensa influência da cultura urbana oriunda, dentre outros aspectos, da cidade de Dourados – tendo seu espaço urbano localizado a 5 km da reserva – que alterou “radicalmente” outra cosmologia ou, em outros termos, outra geografia dos espaços reduzidos e dos tempos de longa duração. Esse novo cenário e essa nova paisagem foram produzidos, a partir da década de 1970, pelo movimento desterritorializador da modernização da agricultura com a “territorialização” dos complexos agroindustriais da soja (e, mais recentemente da cana-de-açúcar) que impuseram o tempo breve, veloz, da técnica e do lucro arrasador e a escala macro das grandes corporações/explorações capitalistas, além do capital globalizado que reticulou o espaço pelas redes seletivas de conexões do mercado financeiro e produtivo global.

Com a chegada dos “gaúchos” houve a re-ocupação e re-apropriação privada de amplas parcelas de terras e suas consequências imediatas, a concentração, pelo lado dos sulistas, e a expropriação/desterritorialização, pelo lado dos indígenas e dos agricultores familiares. O resultado desse processo foram os conflitos desencadeados com esses sujeitos – e com os migrantes paraguaios explorados como mão-de-obra nas fazendas, que viram suas terras transformadas em mercadorias e atualmente supervalorizadas pela monocultura da soja e por um mercado imobiliário extremamente especulador, do qual também participam muitos latifundiários “gaúchos”, reproduzindo um forte controle

¹⁴ Como propõe Porto-Gonçalves (2006), devemos ver a “reinvenção das territorialidades” a partir da perspectiva pós-colonial por meio da experiência latino-americana e caribenha.

¹⁵ Giddens (1997) considera que essa difusão de uma condição mais radical do novo no mundo moderno está assentada numa espécie de “fundamentalismo do novo” em que opera a força do capital e de um “projeto de modernidade”.

territorial sobre a produção do espaço agrícola e urbano em Dourados e Mato Grosso do Sul.

Esses conflitos atualmente ganham novos contornos e maior tensão com a proposta do Governo Federal, juntamente com a FUNAI, para a demarcação das terras indígenas no estado que geram discussões, protestos e mobilizações de ambos os lados envolvidos na questão, além de tensões no interior do município de Dourados e em vários outros municípios de Mato Grosso do Sul, por exemplo, entre médios e grandes proprietários rurais e urbanos (muitos destes “gaúchos”) e indígenas.

Dourados, portanto, apresenta uma espacialidade (de)marcada por *territorialidades divergentes* afirmadas, em torno, por exemplo, das questões vinculadas à demarcação das terras indígenas. Essas posições divergentes podem ser verificadas em notícias recentes publicadas em jornais sobre os conflitos que permeiam as demarcações das terras indígenas em Dourados. Para exemplificar, vejamos a “fala” de um indígena Kaiowá Guarani sobre a queima de sua casa no dia 18 de setembro de 2009, à beira da BR 486: “Queremos declarar que estamos muito perplexos e tristes por ser expulso da nossa terra. Esses fazendeiros queimaram as nossas casas para a gente sair da nossa terra” (Adital, 21/09/09). E, ainda:

Entidades ligadas a produtores rurais da região já se manifestaram de forma contrária a novas demarcações. Em março [de 2009], a declaração final de um encontro de fazendeiros em Dourados (MS) foi “tolerância zero para demarcações indígenas e para a infração dos direitos do produtor rural”. No Tribunal Regional Federal da 3ª Região, há 87 processos envolvendo conflitos entre fazendeiros e índios, cujo problema central é a disputa de terras. “Entendemos que a política indígena tem que evoluir com o trabalho da FUNAI para um modelo de assistência, de integração do índio ao sistema capitalista”, diz Eduardo Corrêa Riedel, vice-presidente da FAMASUL (Federação de Agricultura e Pecuária do MS). (...) “Os brancos muitas vezes dizem que estão na terra há muito tempo, mas não se dão conta que os índios estão há milênios”, afirma o indigenista e ex-presidente da FUNAI, Sydney Possuelo (UOL Notícias, 15/07/09).

Em Dourados as tensões e disputas entre divergentes territorialidades são possíveis por meio dos diferentes processos de territorialização. As territorialidades podem transitar por “territórios” como da casa à rua, da escola à universidade, da fazenda ao supermercado, da reserva indígena à cidade, do CTG à Praça paraguaia, da FUNAI à prefeitura municipal, das praças públicas aos bares dentre outros possibilitando os encontros/confrontos com o Outro, com o “diferente”. Essas territorialidades podem também construir, pela possibilidade da vivência nesse ir e vir

entre territórios, relações transterritoriais que se expressam como uma “transterritorialidade hegemônica”¹⁶ – como a dos fazendeiros “gaúchos” que na maioria das vezes tentam impor seus objetivos, suas visões de mundo, seu modo de trabalhar sobre os indígenas e paraguaios – e como “transterritorialidade subalterna” – aquela dos migrantes paraguaios e dos indígenas que, na maioria das vezes, precisam se “adaptar” ao novo meio geográfico e a condição de “submissão” em que se inserem nas relações, mesmo expressando resistências às práticas de dominação simbólicas e materiais.

Essas relações possibilitam aos distintos sujeitos e grupos sociais inúmeros trânsitos muitos, inclusive, “efetivos”¹⁷, isto é, duradouros da mobilidade por territórios expressando-se em territorialidades múltiplas e complexas que, em algumas vezes, potencializam as mesclas e trocas culturais, recriadoras, pelas misturas, de territorialidades pela mudança de comportamento. É pela incorporação, assim, de elementos e/ou de parte da base cultural do outro que novas territorialidades parecem emergir em Dourados. Para exemplificar, podemos verificar essa diversidade territorial, híbrida e transcultural de Dourados e, sobretudo, esse *trânsito* da cultura “gaúcha” pelas culturas paraguaias e indígenas, em alguns trechos de entrevistas, que realizados com “gaúchos” em Dourados:

A convivência (...) temos muitos [“gaúchos”] que tem a origem alemã ainda, casados com brasileiros, morenos, nordestinos e vice versa. Nós temos alguns “gaúchos” que tem aqui matrimônios entre os índios, os brancos (...) não é um grupo que eu chamo fechado (José Halbert, 18/12/2010).

Qual é o prato do sul-matogrossense? Carreteiro, churrasco. Qual é o prato do “gaúcho”? Carreteiro e churrasco. Qual é a bebida do sul-matogrossense? Tereré¹⁸. Qual é a bebida do “gaúcho”? Chimarrão. A diferença é água fria e água quente, mas eu tomo mais tereré do que chimarrão hoje. (...) Qual é o símbolo do “gaúcho”? É a guaiaca. Qual

¹⁶ Isso não quer dizer que a “transterritorialidade hegemônica” dos “gaúchos” não absorvam estrategicamente, em momentos e situações distintas, elementos da “transterritorialidade subalterna”, pelo contrário, utilizam partes da base cultural do outro para fortalecer sua territorialidade e o próprio processo de territorialização. Como afirmou um fazendeiro “gaúcho” entrevistado: “Nós aprendemos, quando chegamos aqui com os nativos que moravam na beira dos rios a época do plantio, o tempo da chuva, as estações do ano. Aí sabendo quando chovia e quando fazia seca, começamos a plantar” (Mario Palpineli, 15/12/2010). Nesse caso, ao que tudo indica, o efetivo “trânsito” pela territorialidade do outro só se manifestou no momento da chegada, no “primeiro” encontro.

¹⁷ Há trânsitos por territórios que podem se configurar como “não efetivos”, “efêmeros”, por exemplo, por não estabelecerem uma relação de afetividade e/ou de amizade entre os sujeitos, mas, sim, da construção de vínculos funcionais, pelo trabalho, por exemplo, nessa inserção em território alheio.

¹⁸ O tereré é um mate gelado muito apreciado no Paraguai e em outros países da América Latina que foi bem incorporado ao estado de Mato Grosso do Sul pela influência, sobretudo, dos migrantes paraguaios.

é o símbolo do sul-matogrossense? É a guaiaca. A faca, a faixa na cintura, tudo usa a mesma coisa. O “gaúcho” usa o chapéu de feltro, aqui usa o panamá, mas isso é mesma coisa, os dois chapéu também. (Pedro Carlos, 19/04/2011)

É diferente. A única coisa que eu fiz, eu me adaptei. Talvez o “gaúcho” busque um jeito de se adaptar. Por exemplo, quando nós chegamos aqui uma coisa que a minha mulher estranhou, que eu fiquei uns dois, três meses numa casa sem conhecer meus dois vizinhos. Eles fechava a janela. E o “gaúcho” lá é diferente. Tu chega na casa de um “gaúcho”, a primeira coisa eles vai convidar pra entrar, sentar, tomar um chimarrão, tomar uma água gelada, pra depois pedir o que tu quer. Tu vai pedir uma informação vai almoçar na casa dele. Então o “gaúcho” busca essa parceria, essa confraternização, essa acomodação. Isso aí talvez fez com que o gaúcho buscasse novos valores, novos amores (...) e nascesse o casamento, esposas e tudo. E por exemplo, qual é o pai sul-matogrossense (...) não to chamando matogrossense de vadio nem de pobre, mas qual é o pai sul-matogrossense hoje que não quer uma filha casada com um grande agricultor, com um cara de futuro com instabilidade econômica? (Sérgio Pilati, 14/04/2011).

Assim, podemos observar que em Dourados os “gaúchos” estabelecem relações com outros sujeitos pelo trânsito territorial potencializadores da reconfiguração de identidades. E, esse ir e vir de territorialidades, entre diferentes culturas, resulta em processos complexos de hidridizações, principalmente, nos namoros e casamentos, mas, também, nas relações de amizade e de parentesco. O “gaúcho” vai, nesse sentido, incorporado elementos (estratégicos) das culturas sul-matogrossense e paraguaia, por exemplo, e trans-formando seu comportamento.

Outro aspecto relevante é de como o cruzamento e a mesclas de fronteiras, na sua dimensão política-administrativa, cultural e social exerce influência na reconstrução da “cultura gaúcha” em Dourados, de um “‘gaúcho’ formado pela fronteira”, ou, de um “gaúcho da fronteira”. A reconfiguração da “cultura ‘gaúcha’”, do “gaúcho” na relação com a cultura sul-matogrossense ocorre, portanto, pelas mesclas de práticas, de costumes, de vivências, enfim, de espaços e tempos que se cruzam. Foi comum afirmações nas entrevistas de que a influência da fronteira passa pelas músicas, danças, ritmos, roupas e faz com que os “gaúchos” e sul-matogrossenses se aproximem e se distanciem dos paraguaios. Como afirmou um “gaúcho” entrevistado, existem “divergências, mas a influência é a mesma”. (...) “o ‘gaúcho’ por uma questão de funcionalidade toma chimarrão aqui no inverno, no verão aprendeu a tomar tereré, que é o mesmo chimarrão (...) Aprendemos o que? Com a influência de fronteira”. São esses “aprendizados” e essas comutações culturais com o Outro, com o “diferente” que

permitem uma reconfiguração da territorialidade “gaúcha” em Dourados pela mudança de comportamento, mesmo que em um nível simbólico, de visões de mundo.

Uma mescla de identidades territoriais pode ser observada na construção da territorialidade de um migrante “gaúcho” entrevistado (descendente de italianos) em Dourados, que é casado com uma paraguaia. Tanto ele quanto a esposa passaram, na vida de casados, por *in-tensas* negociações, seja na construção do “próprio território”, da casa, e das re-configurações de suas territorialidades, seja no trânsito e vivência por “outros territórios”, o CTG, por exemplo. Vejamos o que a migrante paraguaia relata da convivência, pelo casamento, com um “gaúcho”:

Ó, na verdade eu tive que fazer o exercício do perdão mesmo porque quando eu me casei com o João eu não fui bem aceita, eu tive assim muita dificuldade de ser aceita pela família. Que na verdade ele tinha uma ex-namorada que era paranaense e que se identificava mais com a cultura dele. Então foi difícil. Aí eu casei com ele, eu tentava fazer pão, tentava fazer as comida que eles gostava, e sempre (...) principalmente as mulheres da família falava que falta isso, falta aquilo. Então eu sentia assim, uma repulsa sabe? E eu pratiquei muito esse exercício, um dia eu cheguei e falei assim “tá bom assim”, eu comecei a ter os meus conceitos e parei de pedir ajuda, aprendi. Hoje vou no CTG, eu ajudo as gaúchas, o que elas pedem eu faço, mesmo que eu ache que não é daquele jeito. Então eu aprendi a conviver, eu tinha que exercitar isso pra mim viver bem meu casamento, viver bem com meus filhos e se relacionar. Foi muito difícil. (...) Hoje eu sou tão gaúcha quanto ele. Eu canto em festival, nunca ganhei, mas canto. Eu toco um pouco violão, eu tiro música, aprendo, canto em casa. Nosso filho é gaiteiro, tem 14 anos (Solange Paniza, 10/04/2011).

O relato demonstra as *in-tensas* negociações culturais estabelecidas entre sujeitos diferentes, em territorialidades que foram construídas em tempos e espaços (e por bases culturais) distintas. Através da intensa convivência, pelo casamento, a migrante paraguaia foi “incorporando” – mesmo que muitas vezes de forma *imposta* pelo marido – traços da cultura “gaúcha” que a fez afirmar: “Hoje eu sou tão gaúcha quanto ele”. Por outro lado, observamos por parte do marido, que a cultura sulista “devorou”, pela imposição, uma hidridização negativa, os traços da cultura paraguaia, não que tenham desaparecido, mas tornaram-se “*submissas*”, pois hegemonicamente grande parte das ações e dos objetos na casa e na vida da família, inclusive dos filhos, giram em torno do Sul, da cultura gaúcha, desde o time de futebol que os filhos torcem, no caso o Internacional, passando pelas comidas, como o churrasco, o carreteiro, a maionese – que a esposa teve que aprender a fazer – até o CTG que passaram a frequentar, as músicas nativistas, aos amigos do casal, sulistas em sua grande maioria.

Essa hegemonia se manifesta quando perguntamos ao marido se o mesmo bebia tereré: “não bebo”, demonstrando a imposição de seus hábitos culturais e a hegemonia de sua transterritorialidade sobre a transterritorialidade subalterna de sua esposa.

4. Para terminar: o devir de novas territorialidades

Em Dourados o trânsito des-contínuo e a alternância de território, de contexto cultural, de certezas, condicionam as territorialidades de “gaúchos”, indígenas e paraguaios que se vêem obrigados a assumir posições – criar territorialidades de posicionamento – diferentes conforme os territórios em que entram, que saem, que vivenciam, que transitam, que contornam os/nos limites. Esses sujeitos precisam questionar o outro, precisam usar de cautela ao conhecer a diferença, precisam “aceitar” a fragmentação negociando e traduzindo o outro.

Os “gaúchos”, por exemplo, em movimentos de vivência e de trânsito, pela diversidade territorial-cultural que a cidade apresenta, estabelecem relações ambíguas com os distintos e muitas vezes divergentes territórios, pois ao entrar em território “alheio” querem trans-formar, impondo seus hábitos culturais, sobre o outro, ao mesmo tempo em que absorvem estrategicamente alguns costumes e conhecimentos dos “nativos”. Por outro lado, a cultura paraguaia, como em um dos exemplos que demonstramos, na relação com a cultura “gaúcha”, é trans-formada ao mesmo tempo em que é “devorada” pela cultura “gaúcha”, evidenciando a condição de “submissão” e, portanto, de subalternidade as imposições/dominações simbólicas e de classe que sofre.

Nos exemplos que trouxemos para a discussão vimos, mesmo que ainda num nível simbólico-cultural, a construção de uma “transterritorialidade hegemônica” pela *imposição* de uma cultura dominante como a dos “gaúchos” na relação com os “paraguaios”, e uma “transterritorialidade subalterna” na “adaptação”, “aceitação”, “*submissão*” da cultura paraguaia na relação com a cultura “gaúcha” por meios dos casamentos.

Nesse sentido, acreditamos que outras formas de transterritorialidade podem se manifestar em Dourados, num nível mais concreto, ainda por *desdobrar nas possíveis aberturas dessa pesquisa*, pelas potencialidades de hidridização e encontro com o outro. Pensamos, ainda, que na vivência e no trânsito por territórios podemos – ao “devorarmos” outros territórios torná-los, de alguma forma, “nossos”, não por uma simples incorporação mecânica, mas pela inclusão, dialógica, de traços ou componentes

que nos são mais enriquecedores. Assim, ao recriarmos nossas territorialidades podemos, como no caso dos subalternos, criar uma possibilidade subversora e/ou emancipatória.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, J. L. C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios entre o Brasil e o Paraguai.** São Paulo: Annablume, 2010.

ALVES, V. E. L. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio.** Tese de Doutorado em Geografia. USP: São Paulo, 2006.

ANDRADE, O. **A Utopia Antropofágica.** 2^a ed. São Paulo: Globo, 1995.

APPADURAI, A. Soberania sem territorialidade. **Novos Estudos**, n 49, 1997.

BHABHA, H. Minority Culture and Creative Anxiety. 2000. Disponível em http://www.britishcouncil.org/studies/reinventing_britain/bhabha. Acesso em 2009.

BHABHA, H. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In*: CORRÊA, R. L., ROSENDAHL, Z. (org.). **Geografia Cultural: Um século (3).** Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** 4 ed. São Paulo: EdUSP, 2003.

CASTRO, E. V. de. “O perspectivismo é a retomada da Antropofagia oswaldiana em novos termos”. *In*: SZTUTMAN, E (ORG.). **Eduardo Viveiros de Castro.** Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais.** 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DOMINGUES, I. (Org.). **Conhecimento e transdisciplinaridade II: aspectos metodológicos.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala.** 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. *In*: BECK, U. GIDDENS, A. LASH, S. (Org.). **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: Editora da UNESP, 1997, pp. 73-134.

GOETTERT, J. D. **O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou.** Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

GOETTERT, J. D. E MONDARDO, M. O “Brasil migrante”: gentes, lugares e transterritorialidades. **GEOgraphia.** n. 21. Niterói: PPGEIO, 2009.

GOMES, H. G. Antropofagia. *In*: FIGUEIREDO, E. (org.). **Conceitos de cultura e literatura.** Juiz de Fora: UFJF, 2005.

GUPTA, A. & FERGUSON, J. Mais Além da Cultura: espaço, identidade e política da diferença. *In*: ARANTES, A. A. **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. *In*: BECK, U. GIDDENS, A. LASH, S. (Org.). **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997, pp. 73-134.

LOURENÇO, Renata. **A política indigenista do Estado Republicano junto aos índios da Reserva de Dourados e Panambizinho na área da educação escolar (1929 a 1968)**. Dourados, MS: UEMS, 2008.

GRESSLER, L. VASCONCELOS, L. **Mato Grosso do Sul: aspectos históricos e geográficos**. Dourados: Gressler, 2005.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. Identidades territoriais. *In*: ROSENDHAL, Z. CORRÊA, R. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, pp. 169-190.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, pp. 6774-6792.

_____. Muros, “campos” e reservas: os processos de reclusão e “exclusão” territorial. *In*: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C. ELIAS, D. (Orgs.). **Panorama da Geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 23-48.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói: UFF, v. 17, p. 19-45, 2008.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. *In*: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

_____. Viviendo en el límite: los dilemas del hibridismo y de la multi/transterritorialidad. *In*: Zusmán, P. et al. (org.) **Geografías Culturales: aproximaciones, intersecciones y desafíos**. Fac. De Filosofía y Letras da UBA. Buenos Aires, 2011.

HAESBAERT, R. E MONDARDO, M. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **GEOgraphia**, n. 24, 2010.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. EdUFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2006, p. 49-111.

MASSEY, D. Um sentido global de lugar. *In*: ARANTES, Antonio A. (Org.). **O espaço da diferença**. SP: Papyrus, 2000, pp. 176-185.

_____. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MONDARDO, M. L. **Os períodos das migrações: territórios e identidades em Francisco Beltrão-PR.** Dissertação de Mestrado. PPGG-UFGD: Dourados-MS, 2009.

ORTIZ, F. **Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar.** Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1978.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana Esther (Coord.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado.** Buenos Aires: CLACSO, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, B. N. **“Em qualquer chão: sempre gaúcho!”: a multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso.** (Dissertação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Pauto: Record, 2000.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Matuchos: exclusão e luta: do Sul para a Amazônia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

TEIXEIRA, M. A. **As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul: o exemplo da Grande Dourados.** Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: FFLCH-USP, 1989.

WAGNER, C. **Brasil de Bombachas.** Porto Alegre: L&PM, 1995.

Jornais eletrônicos

<http://www.douradosnews.com.br>

<http://www.adital.com.br>

<http://www.uol.com.br>